

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Demonstrações contábeis de 31 de
dezembro de 2021 acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do <i>superávit</i> e resultado abrangente	7 e 8
Demonstrações das mutações do patrimônio social	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores
Conselho Empresarial Brasil-China
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho Empresarial Brasil-China (“Entidade” ou “CEBC”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do *superávit*, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira do Conselho Empresarial Brasil-China em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 - R1) e normas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao CEBC de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 - R1) e normas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do CEBC continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o CEBC ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do CEBC são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2022.

Pemom Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-031056/F-3



Eduardo José Ramón Leverone
Contador CRC RJ-067.460/O-6



Hingridi Pimentel Vieira Santos
Contadora CRC RJ-117.285/O-9

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais - R\$, centavos omitidos)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	444.095	203.396	Provisão de férias e encargos sociais	7	28.313	24.728
Outros créditos	5	3.696	3.502	Impostos e contribuições sociais a recolher	8	19.671	20.566
		447.791	206.898	Contas a pagar	9	36.106	74.751
				Anuidades recebidas antecipadamente	10	87.200	-
						171.290	120.045
Não circulante				Patrimônio líquido			
Outros créditos	5	7.340	7.340	Patrimônio social	11	763.502	763.502
Imobilizado	6	4.022	-	Déficit acumulado		(475.255)	(666.101)
Intangível		384	3.208			288.247	97.401
		11.746	10.548				
Total do ativo		459.537	217.446	Total do passivo e patrimônio líquido		459.537	217.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Demonstrações do resultado para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas operacionais			
Anuidades		1.318.539	1.243.089
Receitas com projetos e pesquisas	12	<u>380.000</u>	<u>220.000</u>
		1.698.539	1.463.089
Despesas operacionais			
Despesas com projetos e pesquisas	12	(136.512)	(124.397)
Despesas com pessoal	13	(418.636)	(293.714)
Encargos sociais		(126.095)	(113.843)
Despesas gerais e administrativas	14	(815.368)	(821.681)
Despesas com viagens		(7.759)	(4.903)
Despesas de depreciação		<u>(3.029)</u>	<u>(5.502)</u>
		(1.507.399)	(1.364.040)
Resultado operacional		191.140	99.049
Receitas financeiras		6.478	1.614
Despesas financeiras		<u>(6.772)</u>	<u>(4.205)</u>
Resultado financeiro		(294)	(2.591)
Superávit do exercício		190.846	96.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Demonstrações do resultado abrangente para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<i>Superávit do exercício</i>	190.846	96.458
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>190.846</u>	<u>96.458</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>763.502</u>	<u>(762.559)</u>	<u>943</u>
Superávit do exercício	-	96.458	96.458
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>763.502</u>	<u>(666.101)</u>	<u>97.401</u>
Superávit do exercício	-	190.846	190.846
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>763.502</u>	<u>(475.255)</u>	<u>288.247</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Demonstrações dos fluxos de caixa para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
<i>Superávit</i> do exercício	190.846	96.458
Ajustes ao <i>superávit</i> do exercício		
Depreciação e amortização	(10.704)	5.502
<i>Superávit</i> do exercício ajustado	<u>180.142</u>	<u>101.960</u>
Redução (aumento) de ativos		
Outros créditos	(194)	5.311
Aumento (redução) de passivos		
Provisão de férias e encargos sociais	3.585	4.369
Impostos e contribuições sociais a recolher	(895)	5.051
Contas a pagar	(38.645)	9.185
Anuidades recebidas antecipadamente	87.200	-
Recursos originados nas atividades operacionais	<u>231.193</u>	<u>125.876</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado	(4.230)	-
Aquisição de Intangível	-	(3.499)
Recursos utilizados nas atividades de investimento	<u>(4.230)</u>	<u>(3.499)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>226.963</u>	<u>122.377</u>
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício	203.396	81.019
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício	444.095	203.396
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>240.699</u>	<u>122.377</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

(a) A Entidade

O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC, Conselho ou Entidade) fundado em 2004 é uma Instituição sem fins lucrativos tendo por finalidade o desenvolvimento das relações econômicas, financeiras, comerciais e industriais entre o Brasil e a China e reciprocamente promover interesses comuns a todos os seus associados.

Para alcançar o referido objeto o Conselho desempenha as seguintes funções:

- Representar os interesses coletivos dos associados junto aos Governos e as instituições no Brasil e na China e influenciar a formulação de políticas públicas com efeitos positivos sobre os fluxos bilaterais de comércio e investimento;
- Representar, manifestar e apoiar os pontos de vista, finalidades e opiniões dos Membros do Conselho em relação às competentes autoridades brasileiras e chinesas;
- Organizar e promover eventos destinados a estabelecer e estreitar as relações econômicas entre China e Brasil realizando conferências, recepções, palestras, seminários e outros encontros de trabalho;
- Receber e prestar assistência a empresários e/ou a missões organizadas em colaboração com outros conselhos empresariais, câmaras de comércio ou quaisquer instituições oficiais;
- Colocar os membros do conselho ou interessados em contato com autoridades e/ou empresas chinesas e/ou brasileiras;
- Manter atualizados, publicar e divulgar dados públicos comerciais, industriais, econômicos e todo e qualquer tipo de informação que diga respeito ao Brasil e/ou à China;
- Promover diretamente ou através de instituições constituídas especialmente para esse fim o intercâmbio entre organizações ou instituições privadas e públicas homologadas da China e do Brasil de forma a dinamizar as trocas entre os dois países;
- Oferecer às empresas associadas e às sociedades brasileira e chinesa estudos e informações relevantes sobre o Brasil, a China e o intercâmbio bilateral, a fim de reduzir o *déficit* de conhecimento mútuo;
- Promover e praticar todos os atos inerentes aos seus fins, bem como realizar qualquer atividade com eles relacionadas.

(b) Fonte de receitas

Os recursos do Conselho são formados por: rendas de seu patrimônio, anuidades dos associados e patrocínio para publicações, estudos e eventos.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

A Diretoria do Conselho fixa a contribuição a ser paga por associado para o orçamento regular do Conselho através de escalas que deverão variar de acordo com a média da receita bruta de cada associado nos 3 (três) exercícios sociais imediatamente anteriores à data da fixação da referida contribuição pela Diretoria.

No momento da fixação da contribuição caso as demonstrações contábeis do último exercício social não estejam prontas ou não estejam disponíveis ao mercado a Diretoria fixará a contribuição do associado com base unicamente na média de sua receita bruta dos 2 (dois) exercícios sociais imediatamente anteriores ao último exercício social.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente, em observação às práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000 - R-1, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC), no que forem pertinentes e aplicáveis seus preceitos e considerando também os aspectos a serem observados por entidades sem finalidade de lucro em conformidade com a ITG 2002 - R1 – Entidades sem Finalidades de Lucros (aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de maio de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo quando aplicável.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas nas notas explicativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais – R\$, centavos omitidos)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”) sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, essas serão convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As demonstrações contábeis da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.5. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade não possuía ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista.

3. Resumos das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez.

Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento do exercício não excedendo ao valor de mercado.

b. Demais ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelo valor de custo e quando aplicável reduzidos aos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo quando aplicável os encargos apurados e as variações monetárias incorridas.

c. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 6. que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

d. Redução ao valor recuperável de ativos

Uma provisão para ajuste ao valor de recuperabilidade do custo do bem (“*impairment*”) é requerida quando os valores registrados na contabilidade são superiores à geração de caixa futura do referido bem.

A Entidade não registrou qualquer redução ao valor recuperável de ativos por não ter identificado indicadores de desvalorização.

e. Obrigações tributárias

Por se tratar de instituição sem fins lucrativos a Entidade está isenta do pagamento do Imposto sobre a Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) nos termos do Artigo 15 e seguintes da Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997.

A Entidade vem contribuindo para o PIS por meio da aplicação da alíquota de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal estando essa forma de incidência prevista no Artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001.

Ainda conforme a Medida Provisória nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001, Artigo 14 a Entidade goza de isenção da COFINS relativamente às receitas provenientes das atividades próprias estando excluídas deste benefício as receitas decorrentes de outras atividades estranhas à finalidade da Instituição, ainda que estas receitas sejam utilizadas na manutenção de sua atividade fim.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

f. Apuração do resultado

i. Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos associados e que ocorrem no curso normal das atividades da Entidade.

As receitas são registradas de acordo com o regime de competência e recebidas dentro do próprio mês de competência.

A Entidade reconhece a receita quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida através do método da taxa de juros efetiva.

iii. Reconhecimento das despesas

Todas as despesas necessárias à manutenção das atividades da Entidade são registradas em atendimento ao regime de competência.

g. Instrumentos financeiros

i. Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como contas a pagar, salários, encargos sociais e provisões sendo que as aplicações financeiras da Entidade estão classificadas ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os demais instrumentos financeiros estão reconhecidos pelo seu valor contábil e se aproximam dos valores de realização, entretanto, por não possuírem um mercado ativo podem ocorrer variações significativas caso a Entidade necessite antecipar as suas realizações.

A Entidade não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e/ou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco durante os exercícios de 2021 e de 2020.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

4. Caixas e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, contas correntes e aplicações financeiras mantidas em bancos de primeira linha composta de fundos de investimento de renda fixa, assim demonstrada:

	2021	2020
Caixa em moeda nacional	2.905	2.216
Caixa em moeda estrangeira	2.973	2.973
Bancos	1	1
Aplicações financeiras (a)	438.216	198.206
	444.095	203.396

(a) Constituídas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e cotas de fundos de investimentos de renda fixa do Banco Bradesco S.A. com liquidez diária. A rentabilidade das aplicações dos CDB varia de 94% a 100%.

5. Outros créditos

	2021	2020
Valores a receber diversos	3.696	3.502
Caução locação	7.340	7.340
	11.036	10.842
Circulante	3.696	3.502
Não circulante	7.340	7.340

6. Imobilizado

	% Taxa de depreciação	2019	Adições	2020	Adições	2021
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	36.350	-	36.350	4.230	40.580
Computadores e periféricos	20	75.124	-	75.124	-	75.124
Móveis e utensílios	10	30.787	-	30.787	-	30.787
		142.261	-	142.261	4.230	146.491
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	10	(32.778)	(3.572)	(36.350)	(208)	(36.558)
Computadores e periféricos	20	(73.700)	(1.424)	(75.124)	-	(75.124)
Móveis e utensílios	10	(30.572)	(215)	(30.787)	-	(30.787)
		(137.050)	(5.211)	(142.261)	(208)	(142.469)
Imobilizado líquido		5.211	(5.211)	-	4.022	4.022

7. Provisão de férias e encargos sociais

	2021	2020
Provisão de férias	21.207	18.523
Provisão INSS sobre férias	5.408	4.723
Provisão FGTS sobre férias	1.697	1.482
	28.313	24.728

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

8. Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
FGTS	2.086	1.800
INSS funcionários	10.920	10.084
IRRF funcionários	1.969	3.865
IRRF autônomos	4.435	4.518
PIS/ COFINS/ CSLL retidos	261	299
	19.671	20.566

9. Contas a pagar

	2021	2020
Aluguel	7.183	10.260
Outras contas a pagar (a)	28.924	64.491
	38.106	74.751

(a) Refere-se basicamente a provisão para pagamento de serviços de telefonia, pagamento de luz, limpeza e manutenção e serviços de administrativos.

10. Anuidades recebidas antecipadamente

	2021	2020
Bayer S.A.	87.200	-

11. Patrimônio líquido

Compreende o patrimônio social inicial acrescido e/ou diminuído dos valores dos resultados ocorridos (*superávits/déficits* dos exercícios).

A Administração do patrimônio da Entidade de acordo com o seu Estatuto Social compete à Diretoria constituída de no mínimo 3 (três) e de no máximo 11 (onze) diretores.

O patrimônio da Entidade é constituído pelos bens móveis, imóveis e intangíveis que possui e por aqueles que vier a adquirir ou receber. Toda renda obtida pela Entidade é destinada ao cumprimento de seus objetivos.

Os bens cujo valor seja igual ou superior ao valor correspondente a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Entidade somente poderão ser alienados ou de qualquer forma onerados após a aprovação da Diretoria.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

12. Projetos e pesquisa

	2021	2020
Receitas com projetos e pesquisas		
Bradesco (a)	130.000	50.000
Suzano	45.000	-
Banco Bocom (a)	35.000	15.000
BRF S.A. (a)	25.000	20.000
Vale	60.000	120.000
Itaú (a)	-	15.000
Bayer	65.000	-
CNA	20.000	
	380.000	220.000
Despesas com projetos e pesquisas	(136.512)	(124.397)
	243.488	95.603

(a) Refere-se ao patrocínio de webinar (seminários on-line) sem exigência de contrapartida no exercício de 2020 e 2021.

A Entidade realiza projetos e pesquisas dentro dos quais estão incluídos custos com consultores para a realização de estudos e despesas com as publicações Carta Brasil-China (revisão, edição, diagramação e gráfica).

Para a realização do projeto 'Bases para uma estratégia de Longo do Brasil para a China' a Vale S.A. doou R\$ 60.000 (R\$ 120.000 em 31/12/2020) e a CEBC custeou R\$ 76.512 (R\$ 4.397 em 31/12/2020) totalizando R\$ 136.512 (R\$ 124.397 em 31/12/2020) gastos nesse projeto.

13. Despesas com pessoal

	2021	2020
Salários	(193.567)	(170.508)
Prêmio	(45.100)	-
13º salário	(17.025)	(14.952)
Férias	(23.196)	(20.272)
Estagiários	-	(2.333)
Seguro saúde	(55.777)	(39.238)
Vale refeição	(57.791)	(38.659)
Vale transporte	(25.974)	(5.026)
Auxílio Creche	(206)	(2.726)
	(418.636)	(293.714)

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

14. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Aluguel	(81.045)	(82.069)
Assistência contábil	(30.890)	(28.845)
Condomínio	(54.806)	(56.454)
Correio	(1.007)	(105)
Despesas de manutenção	(15.395)	(16.934)
Internet	(42.758)	(29.478)
Material de escritório	(820)	(924)
Material de uso e consumo	(1.837)	(5.150)
Prestação de serviços pessoa jurídica	(303.160)	(331.348)
Prestação de serviços pessoa física (a)	(240.000)	(241.146)
Serviços e materiais de limpeza	(702)	(4.086)
Despesas com telefonia	(9.425)	(9.685)
Reembolso de despesas	-	(858)
Outros	(33.523)	(14.599)
	(815.368)	(821.681)

(a) Refere-se basicamente aos serviços prestados por autônomo (RPA) pagos ao presidente da Entidade durante o exercício.

15. Contingências

Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das autoridades fiscalizadoras são avaliados pela Entidade com base na análise individual destes processos levando em conta a opinião dos seus advogados e consultores jurídicos.

Aqueles considerados como de perda provável são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível são divulgados em notas explicativas.

Em 2021 e 2020 a Entidade não possuía contingências com probabilidade de perda provável e possível.

16. Isenções tributárias

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A Entidade é contribuinte dos demais tributos e encargos trabalhistas e previdenciários que estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscalizadoras por diferentes períodos prescricionais.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

16.1. Programa de Integração Social (PIS)

A Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

16.2. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Entidade é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias e de acordo com as Leis nº 9.718/98 e inciso IV, art. 10 da Lei nº 10.833/03.

17. Aplicações de recursos

A Entidade aplicou todos os seus recursos em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.